



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEALEGRE.CE.GOV.BR
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM
(88)3541-2073

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/24 – VÁRZEA ALEGRE-CE, 27 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre a prestação de Contas de Governo do Município de Várzea Alegre-CE, na gestão do Prefeito JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO, referente ao exercício financeiro de 2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE – CE, no uso de suas atribuições legais, promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETA:

Art. 1º - Fica mantido o PARECER PRÉVIO do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, portanto, APROVADAS as Contas de Governo da PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE, na Gestão do Prefeito JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO, exercício financeiro 2021, de acordo com o Art. 31, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com a Lei Orgânica do Município de Várzea Alegre.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Várzea Alegre - CE, em 27 de junho de 2024.

Atenciosamente,


ALAN SALVIANO LIMA
PRESIDENTE



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEAALLEGRE.CE.GOV.BR
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM
(88)3541-2073

OFÍCIO Nº. 370/2024

VÁRZEA ALEGRE-CE, 27 DE JUNHO DE 2024.

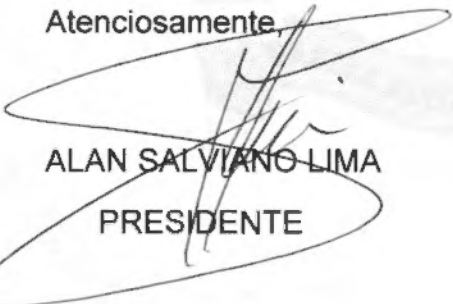
Excelentíssimo Senhor:

José Helder Máximo de Carvalho

Prefeito municipal de Várzea Alegre-CE

Vimos pelo presente comunicar a Vossa Excelência que esta Câmara em Sessão realizada no dia 26 de junho do corrente ano, aprovou por unanimidade dos Vereadores presentes, a PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, de responsabilidade de Vossa Excelência, ficando mantido o PARECER PRÉVIO do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, portanto, aprovadas as citadas Contas de acordo com o que determina o Artigo 31, § 2º da Constituição da República Federal do Brasil, combinado com a Lei Orgânica deste Município.

Atenciosamente,


ALAN SALVIANO LIMA
PRESIDENTE

GABINETE DO PREFEITO
RECEBIDO: DATA 27/06/2024
ASS.: *Eder Vinícius Setúbo*



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEAALLEGRE.CE.GOV.BR
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM
(88)3541-2073

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

Após análise do PARECER PRÉVIO Nº. 145/2024, datado de 03 de maio de 2024, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, referente a **Prestação de Contas de Governo do Município de Várzea Alegre – Ceará**, relativo ao **Exercício Financeiro de 2021**, de responsabilidade do Senhor **JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO**, prefeito municipal, protocolado nesta Casa Legislativa no dia 13 de junho de 2024, a Comissão de Finanças e Orçamento, em reunião realizada em 25 de junho do corrente ano, votou por unanimidade, favorável à aprovação da referida Prestação de Contas.

É o parecer.

CÂMARA MUNICIPAL DE V. ALEGRE - CE
APROVADO EM: 28/06/2024

ALAN SALVIANO LIMA
PRESIDENTE

Várzea Alegre – CE, em 25 de junho de 2024.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

PRESIDENTE: FRANCISCO DE ARAUJO COSTA

Francisco de Araujo Costa

SECRETÁRIA: MENESIA SIMIÃO LEONARDO

Menesia S. Leonardo

RELATOR: LUIZ FRANCISCO DE SOUSA

[Signature]

PARECER PRÉVIO Nº 145/2024

PROCESSO Nº: 08630/2022-2

ESPÉCIE PROCESSUAL: Prestação de Contas de Governo

ENTE FEDERATIVO: Município de Várzea Alegre

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

RESPONSÁVEL: José Helder Máximo de Carvalho

RELATORA: Conselheira Patrícia Lúcia Mendes Saboya

SESSÃO DE JULGAMENTO: Pleno Virtual de 29/04/2024 a 03/05/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM: 26/06/2024

ALAN SALVIANO LIMA
PRESIDENTE

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO.

1. Configura-se inexecutável o duodécimo fixado na Lei Orçamentária acima do limite máximo previsto no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

2. O descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no exercício financeiro de 2021, não enseja a desaprovação das contas, nos termos do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação dada pela Emenda Constitucional (EC) nº 119/2022, face o estado de calamidade pública provocado pela pandemia do COVID-19. Precedentes.

Parecer Prévio favorável à aprovação das contas, com ressalva. Recomendações.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Prestação de Contas de Governo do Município de Várzea Alegre**, relativa ao exercício financeiro de **2021**, de responsabilidade do Sr. **José Helder Máximo de Carvalho**, e com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, art. 78, inciso I, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso III, combinado com art. 42-A da Lei nº 12.509/1995 (LOTCE);

RESOLVE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, por **unanimidade dos votos**, emitir parecer prévio pela sua **APROVAÇÃO**, considerando-a **Regular com Ressalva**, submetendo-a ao julgamento da Câmara Municipal e dando-se ciência aos interessados.

RECOMENDAR à Prefeitura Municipal de Várzea Alegre para que:

1. Fique atenta ao prazo previsto na EC nº 119/2022, a fim de complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor apurada no exercício de 2021;

2. Empreenda meios de controle suficientes para evitar inconsistências entre os dados do Sistema de Informações Municipais (SIM) e do Anexo nº 2 da IN nº 02/2013;
3. Empreenda meios de controle suficientes para evitar inconsistências entre os dados do Sistema de Informações Municipais (SIM) e do Anexo nº 3 da IN nº 02/2013;
4. Implemente medidas de acompanhamento das despesas com pessoal;
5. Adote medidas de controle para evitar o registro de dados inconsistentes no SIM e RGF, posto que, embora se tratando de demonstrativos distintos, tais informações têm origem na mesma fonte, garantindo, assim, maior integridade, confiabilidade e segurança jurídica às informações apresentadas para os órgãos de controle e a sociedade;
6. Intensifique a cobrança da Dívida Ativa, seja pela via administrativa ou judicial, proporcionando a recuperação desses direitos e sua possível aplicação em políticas públicas necessitadas pelos munícipes;
7. Adote providências no sentido de efetuar o cancelamento dos restos a pagar não processados, a fim de evitar que tais permaneçam registrados como dívidas no Balanço Geral;
8. Acompanhe sua execução orçamentária, visando o equilíbrio fiscal estabelecido pela LRF, para que não haja comprometimento da gestão financeira e econômica.

Tudo nos termos do Relatório e Voto, partes integrantes da presente decisão.

Participaram da votação: Exmos. Srs. Conselheiros Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa, Soraia Thomaz Dias Victor, José Valdomiro Távora de Castro Júnior, Edilberto Carlos Pontes Lima, Patrícia Lúcia Mendes Saboya e Ernesto Saboya de Figueiredo Júnior.

Presidente da Sessão: Exmo. Sr. Conselheiro Rholden Botelho de Queiroz.

Representante do Ministério Público Especial presente: Procurador Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre.

Transcreva-se, cumpra-se e publique-se.

Fortaleza, Sessão do Pleno Virtual do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em 03 de maio de 2024.

Conselheira Patrícia Lúcia Mendes Saboya
RELATORA

PROCESSO Nº: 08630/2022-2

ESPÉCIE PROCESSUAL: Prestação de Contas de Governo

ENTE FEDERATIVO: Município de Várzea Alegre

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

RESPONSÁVEL: José Hélder Máximo de Carvalho (Prefeito)

RELATORA: Conselheira Patrícia Lúcia Mendes Saboya

RAZÕES DO VOTO

Preliminarmente, é importante salientar que o exame das Contas de Governo, com a emissão do competente Parecer Prévio, constitui uma avaliação global das receitas e dos gastos públicos, das mutações patrimoniais dependentes ou não da execução orçamentária e uma apreciação macro do desempenho da máquina administrativa durante toda uma gestão.

Em procedimento desta natureza, cabe ao TCE recomendar a competente Câmara Municipal, por força da disposição expressa no art. 78, inciso I, e Emenda Constitucional nº 92/2017, da Constituição Estadual, a aprovação, aprovação com ressalvas ou desaprovação da respectiva Prestação de Contas, podendo ainda fazer recomendações, quando houver necessidade.

Ressalte-se que este Parecer Prévio não afasta o julgamento que é feito por esta Corte de Contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, ficando ressalvadas as eventuais responsabilidades, porquanto serão objeto de apreciação específica, mediante tomadas e prestações de contas de gestão.

Passemos ao exame dos tópicos analisados pela unidade instrutiva, cujos Relatórios Técnicos demonstram diversos valores da execução orçamentária, financeira e patrimonial, os quais são acolhidos como parte integrante do Voto e que servirão de base para o posicionamento sobre a regularidade ou não das contas ora apreciadas.

1.0. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – PCG

A Prestação de Contas de Governo em exame foi encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Várzea Alegre em 31/01/2022, portanto, **dentro do prazo** estabelecido no art. 42, § 4º da Constituição Estadual e art. 6º, caput, e § 2º da IN nº 02/2013, alterada pela IN nº 02/2015 (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

2.0. CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

O item em epígrafe tem a finalidade de abordar temas relacionados à conjuntura econômica e social, de acordo com indicadores que demonstrem a efetividade e eficiência dos programas governamentais realizados, propiciando sua análise para fins gerenciais (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

Dessa forma, este TCE/CE, mediante Processo nº 24729/2022-8, realizou auditoria a fim de construir o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), ano-base 2021, com a finalidade de nortear sobre a efetividade das políticas públicas implantadas, uma vez que possibilita a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento pela Administração Pública Municipal.

O IEGM é um índice permanente, formado pela média ponderada dos resultados de 7 (sete) dimensões da execução do orçamento público municipal (i-Educ: Educação; i-Saúde: Saúde; i-Planejamento: Planejamento; i-Fiscal: Gestão Fiscal; i-Amb: Meio Ambiente; i-Cidade: Defesa Civil e i-Gov TI: Governança em Tecnologia da Informação), as quais foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas.

Os resultados do IEGM são enquadrados em 5 (cinco) faixas definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 7 (sete) índices setoriais, obedecendo aos seguintes critérios:

Tabela 1 – Faixas de resultado do IEGM

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,00% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

Fonte: Diretrizes do trabalho estabelecidas pela Rede Indicon

A seguir, o resultado do Município de Várzea Alegre, exercício base 2021:

Tabela 2 – Faixas de resultado do IEGM

ENTE	NOTA GERAL	FAIXA GERAL	I- Educ	FAIXA	I- Saúde	FAIXA	I- Plan	FAIXA	I- Fiscal	FAIXA	I- Amb	FAIXA	I- Cidade	FAIXA	I- Gov TI	FAIXA
VARZEA ALEGRE	58,00	C+	55	C+	70	B	46	C	65	B	65	B	39	C	47	C

*Fonte: Processo nº 24729/2022-8

Da tabela acima, a unidade técnica destacou que o Município alcançou nota geral **58**, firmando-se na faixa "**C+**", ou seja, em **fase de adequação** da gestão municipal a processos e controles em áreas selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas municipal.

Registrou ainda o órgão técnico, que o resultado detalhado, bem como a metodologia aplicada e demais observações, podem ser observados nos autos do Processo nº 24729/2022-8, disponível no endereço eletrônico desta Corte de Contas.

Ressalte-se, mais uma vez, que o item em análise tem por finalidade contribuir com a gestão municipal a fim de melhorar os resultados de suas políticas públicas, para que os produtos e serviços públicos tenham impacto no desenvolvimento socioeconômico da sua população.

3.0. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL

3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (CRÉDITOS ADICIONAIS)

A **Lei Orçamentária Anual – LOA de nº 1.153/2020**, de 29/10/2020, disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre (https://www.varzeaalegre.ce.gov.br/arquivos/1713/LEIS%20MUNICIPAIS_1153_2020_0000001.pdf), autorizou despesas para o exercício em exame no valor de **R\$ 115.137.286,00**, e com base nos Decretos apensos aos autos, e nos dados do SIM, a unidade técnica, mediante Relatório de Instrução nº 4822/2023, demonstrou que no decorrer do exercício foram realizadas alterações orçamentárias por meio da abertura de **créditos adicionais** no montante de **R\$ 43.869.078,00**, sendo **R\$ 40.719.078,00 suplementares** e **R\$ 3.150.000,00 especiais**, todos por intermédio da **fonte de recursos anulação de dotações**.

O órgão técnico certificou que a **LOA** autorizou abrir **créditos adicionais suplementares** até o limite de **40%** da **despesa fixada**, que equivale a **R\$ 46.054.914,40**, e considerando que foram abertos **R\$ 40.719.078,00** em créditos do tipo suplementar, conclui-se que foi **respeitado** o limite estabelecido pelo Orçamento, **cumprindo-se** as determinações do art. 167, inciso V – CF, e art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Os **créditos adicionais especiais (R\$ 3.150.000,00)** foram autorizados pelas **Leis Municipais nº 1.181/2021**, de 08/03/2021 (R\$ 2.630.000,00), e **nº 1.224/2021**, de 04/10/2021 (R\$ 520.000,00), acostadas aos autos (Processo nº 33049/2023-0 – Anexos nºs. 34977 e 34978/2023), de **acordo** com o art. 5º, inc. V da IN nº 02/2013, alterada pela IN nº 02/2015 (Relatório de Instrução Final nº 1176/2024).

Assim, conclui-se pela **regularidade** dos créditos adicionais abertos durante o exercício financeiro de 2021.

3.2. DUODÉCIMO

No tocante às **transferências duodecimais** ao Poder Legislativo, a Diretoria de Contas de Governo, inicialmente (Relatório de Instrução nº 4822/2023), destacou:

a) Sabendo que o valor mínimo a ser repassado deveria corresponder à fixação orçamentária atualizada (**R\$ 3.826.621,00**), mas essa **excedeu** o limite constitucional (**R\$ 2.877.978,01**), caberia ao Poder Executivo repassar referido limite, o que **não ocorreu**, uma vez que foi transferido o valor líquido de **R\$ 2.836.398,60**, ocasionando, assim, um **repasso a menor** de **R\$ 41.579,41** em relação a citado limite.

b) Considerando que a fixação orçamentária (**R\$ 3.826.621,00**) **superou** o limite máximo permitido constitucionalmente (**R\$ 2.877.978,01**), foi **solicitada** a comprovação, mediante Decreto, de que o Poder Executivo desenvolveu ações no sentido de adequar o valor a ser repassado à Câmara Municipal.

Após exame nos esclarecimentos apresentados pelo responsável (Processo nº 33049/2023-0 – Anexo nº 34979/2023), a unidade técnica, no Relatório de Instrução Final nº 1176/2024, **refez os cálculos**, e apresentou o seguinte quadro:

Total dos Impostos e Transferências – Exercício 2020	R\$ 40.644.065,83
Limite Máximo de Repasse 7% do Total dos Impostos e Transferências – Exercício 2020	R\$ 2.845.084,61
Fixação Orçamentária Inicial	R\$ 3.826.621,00
(+) Créditos Adicionais Abertos	R\$ 213.850,00
(-) Anulações	R\$ 213.850,00
(=) Fixação Orçamentária Atualizada	R\$ 3.826.621,00
Valor Bruto Repassado no Exercício de 2021	R\$ 2.849.598,60
(-) Aposentadorias e Pensões	R\$ 13.200,00
Valor Líquido Repassado no Exercício de 2021	R\$ 2.836.398,60
Valor Repassado a Menor em relação ao limite de 7%	R\$ 8.686,01

E assim concluiu o órgão técnico (Relatório de Instrução nº 1176/2024):

a) Em **atendimento** a solicitação inicial, foi **enviado** o **Decreto nº 194/2021**, de **15/01/2021** (seq. 31), ajustando o valor a ser repassado a título de Duodécimo.

b) No que se refere ao **repasso a menor**, agora de **R\$ 8.686,01**, **permanece** a falha, todavia, considerando o valor envolvido, cabe apenas **recomendação**.

Com efeito, nos termos do **art. 29-A, § 2º, incisos I e III – CF**, constitui **crime de responsabilidade** do Prefeito, efetuar repasse **superior** ao limite máximo (**inc. I**) ou enviá-lo a **menor** em relação à fixação orçamentária atualizada (**inc. III**).

Depreende-se dos dispositivos acima, que a Constituição Federal **não obrigou** o gestor a repassar ao Poder Legislativo o valor correspondente ao **exato limite constitucional**, nos casos em que a fixação orçamentária atualizada **ultrapassou** o percentual máximo de repasse.

Na espécie, tanto a fixação orçamentária atualizada (**R\$ 3.826.621,00**), como a fixação estabelecida no Decreto nº 194/2021 (**R\$ 2.849.598,64**), **excederam** o limite constitucional (**R\$ 2.845.084,61**), tornando os valores fixados **inexequíveis**.

Portanto, estando a fixação orçamentária **inexequível**, e tendo o repasse líquido (**R\$ 2.836.398,60**) **respeitado** o limite máximo de 7% (**R\$ 2.845.084,61**), **inexiste** irregularidade no caso concreto, concluindo-se, assim, que no exercício de 2021 foram repassados recursos financeiros à Câmara Municipal a título de Duodécimo em **obediência** ao **art. 29-A, § 2º, inc. I e III da Constituição Federal**.

Por fim, releva destacar que este é o **entendimento pacificado nesta Corte de Contas** por meio de **sucessivas decisões** (Processos nº **12517/2018-5** – PCG Pereiro 2014; nº **05408/2020-5** – PCG Chaval 2010; nº **12902/2018-8** – PCG Porteiros 2015; nº **14242/2019-9** – PCG Orós 2018; nº **12769/2018-0** – PCG Acarape 2015; nº **45415/2019-4** – PCG Fortaleza 2012; nº **14254/2019-5** – PCG Iraporanga 2018; nº **14588/2019-1** – PCG Choró 2018; nº **14300/2019-8** – PCG Tabuleiro do Norte 2018 e nº **08197/2020-0** – PCG Orós 2019).

Sobre o **art. 29-A, § 2º, inc. II, da Constituição Federal**, a unidade técnica, por meio de exame aos dados do SIM, constatou que os repasses mensais do Duodécimo ocorreram **dentro do prazo**.

3.3. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

A Diretoria de Contas de Governo informou que a **Receita Corrente Líquida – RCL** calculada no exercício totalizou **R\$ 110.840.151,64**, cujos dados extraídos do Sistema de Informações Municipais – SIM **corresponderam** aos registrados no Anexo 10 do Balanço Geral (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

3.4. LIMITE CONSTITUCIONAL DE GASTOS COM A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Na fase exordial (Relatório de Instrução nº 4822/2023), o órgão técnico certificou que o Município de Várzea Alegre aplicou o montante de **R\$ 8.453.552,82** na **manutenção e desenvolvimento do ensino**, que representou **16,29%** do total das receitas provenientes de impostos e transferências para educação (**R\$ 51.881.613,31**), **descumprindo** o percentual mínimo de **25%** exigido no **art. 212 da Constituição Federal**.

Ainda sobre a matéria, a unidade técnica apontou que o percentual calculado pelo SIM (16,29%) apresentou uma **diferença de 11,63%** em relação ao percentual informado no Anexo nº 2 da IN nº 02/2013 (27,92%), decorrente dos registros destacados no item 2.2.4.1 do Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023.

Sobre a não aplicação do percentual mínimo de 25% em educação, o gestor apresentou esclarecimentos e documentos (Processo nº 33049/2023-0 – Anexos nºs. 34975 e 34979/2023), os quais foram examinados pela Diretoria de Contas de Governo que, por meio do Relatório de Instrução Final nº 1176/2024, concluiu que o Município aplicou apenas **R\$ 8.394.534,08** na manutenção e desenvolvimento do ensino, representando **16,18%** do total das receitas provenientes de impostos e transferências (**R\$ 51.881.613,31**), portanto, em **descumprimento ao art. 212 da Constituição Federal**.

Todavia, ainda em fase de reexame (Relatório de Instrução nº 1176/2024), o órgão técnico ressaltou que o **descumprimento do art. 212 da Constituição Federal**, no **exercício de 2021**, enseja apenas **recomendação**, conforme transcrito a seguir:

Análise da Diretoria

[...]

31. Porém, deve-se ressaltar o período de exceção decorrente da notória calamidade pública provocada pela pandemia do COVID 19, que, de acordo com as disposições do art. 1º da Emenda Constitucional nº 119/2022 afasta a responsabilidade, no exercício de 2020 e 2021, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos agentes públicos desses entes federados em função do eventual descumprimento da aplicação mínima constitucional de 25% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

32. Destacando-se, ainda, a obrigação da complementação até o exercício de 2023, da diferença existente, nos termos do parágrafo único do art. 119 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 119/2022, que estabelece:

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021.

Conclusão da Diretoria

33. Não obstante o Município tenha aplicado apenas o valor de **R\$ 8.394.534,08** em despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino, representando **16,18%** do total das receitas provenientes de impostos e das provenientes de transferências, infringindo o art. 212 da Constituição Federal, descaracteriza-se a falha anteriormente apontada nesta seção, em função da calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19.

34. Logo, recomenda-se à Administração Municipal que implemente meios de atender a obrigatoriedade de complementação até o exercício de 2023, da diferença existente na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do parágrafo único do art. 119 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 119/2022.

Com efeito, **assiste razão** à unidade técnica.

Na mesma linha, cabe destacar os **precedentes** deste TCE/CE, nos quais o entendimento foi no sentido de que a ocorrência relativa ao **descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no exercício de 2021**, deve ser **desconsiderada** para fins de desaprovação das contas, em função da **calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19**, nos termos do **art. 119 do ADCT** com a redação dada pela **EC nº 119/2022**, segundo os **Processos nº 08759/2022-8** (PCG.SENADOR POMPEU.2021), **nº 07226/2022-1** (PCG.CHAVAL.2021), **nº 08777/2022-0** (PCG.IBARETAMA.2021), **nº 15958/2022-5** (PCG.BANABUIÚ.2021) e **nº 07013/2022-6** (PCG.BARROQUINHA.2021).

Isto posto, em **consonância** com a Diretoria de Contas de Governo, e com fundamento na **Emenda Constitucional nº 119/2022**, a ocorrência relativa ao **descumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no exercício de 2021**, deve ser **desconsiderada** para fins de desaprovação das contas.

Nada obstante, **RECOMENDA-SE** à Administração Municipal que fique atenta ao prazo previsto na **EC nº 119/2022**, a fim de complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor apurada no exercício de 2021, e que empreenda meios de controle suficientes para evitar inconsistências entre os dados do Sistema de Informações Municipais (SIM) e do Anexo nº 2 da IN nº 02/2013.

3.5. LIMITE CONSTITUCIONAL DE GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

No tocante as **ações e serviços públicos de saúde**, o órgão técnico, via Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023, demonstrou que o Município de Várzea Alegre aplicou a quantia de **R\$ 8.639.447,36**, que representou **17,63%** do total das receitas provenientes de impostos e transferências para saúde (**R\$ 48.997.539,46**), em **cumprimento** ao percentual mínimo de **15%** exigido no **art. 198, § 2º da Constituição Federal c/c art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012**.

Ainda sobre a matéria, a unidade técnica apontou que o percentual calculado pelo SIM (17,63%) apresentou uma **diferença de 2,37%** em relação ao percentual informado no Anexo nº 3 da IN nº 02/2013 (20,00%) (seq. 10), decorrente dos registros destacados no item 2.2.4.2 do Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023.

Considerando o **silêncio** da defesa sobre esse assunto, e considerando a **não manifestação** do órgão técnico em fase de reexame, **ratifica-se a inconsistência** apontada inicialmente.

Com efeito, embora permaneça a divergência acima, cabe esclarecer que **não houve prejuízo** ao ponto central do tema em destaque, que é a **aplicação do percentual mínimo de 15% em saúde** exigido pela legislação, o que foi **obedecido**, seja pelos dados do SIM (17,63%), seja pelo Anexo nº 3 da IN nº 02/2013 (20,00%).

Não obstante, **RECOMENDA-SE** a gestão municipal que empreenda meios de controle suficientes para evitar inconsistências entre os dados do Sistema de Informações Municipais (SIM) e do Anexo nº 3 da IN nº 02/2013.

3.6. DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

No Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023, a Diretoria de Contas de Governo registrou que as **despesas com pessoal do Poder Executivo** atingiram o montante de **R\$ 53.413.868,47**, representando **48,96%** da Receita Corrente Líquida AJUSTADA (R\$ 109.098.189,64), portanto, em **obediência ao limite de 54%** estabelecido no **art. 20, inc. III, alínea b** da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Ainda sobre as despesas com pessoal do Poder Executivo, a unidade técnica destacou que referidos gastos (48,96%) **atingiram o limite de alerta** (48,60% a 51,29%) preconizado no inciso II do § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fato que **não possui** gravidade para macular as contas de governo.

Ademais, conforme ressaltou o próprio órgão técnico, *“considerando a decretação de estado de calamidade pública no Estado do Ceará em decorrência do contexto atual de enfrentamento à pandemia da COVID-19, conforme disciplinada no art. 1º do Decreto Legislativo da Assembleia Estadual do Ceará nº 543/2020, enquanto o prazo estabelecido estava em vigência, ficaram suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23, 31 e 70 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como ficaram dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação, para contratação e aditamento de operações de crédito, concessão de garantias, contratação entre entes da Federação e recebimento de transferências voluntárias de acordo com as disposições da art. 65 da mesma lei.”*

Nada obstante, **RECOMENDA-SE** ao Poder Executivo que implemente medidas de acompanhamento das despesas com pessoal.

Por fim, a unidade técnica apontou as seguintes **divergências**:

Tabela 15.1 – Comparativo entre os dados do RGF, SIM e STN relativos a despesa com pessoal (R\$ 1,00)

Despesa com Pessoal	SIM / STN	RGF
Receita Corrente Líquida – RCL	110.840.151,64	110.840.151,64
(-) Transferências de Emendas Parlamentares Individuais	1.441.962,00	1.341.962,00
(-) Transferências de Emendas de Bancada	300.000,00	300.000,00
Receita Corrente Líquida – RCL Ajustada	109.098.189,64	109.198.189,64
Despesa Líquida com Pessoal	53.413.868,47	55.416.164,26
Percentual do Total da Despesa com Pessoal sobre a RCL Ajustada	48,96%%	50,75%

Após exame nos esclarecimentos e no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) encaminhados pelo interessado (Processo nº 33049/2023-0 – Anexos nºs. 34979 e 34981/2023), a Diretoria de Contas de Governo, mediante Relatório de Instrução Final nº 1176/2024, chegou aos seguintes resultados:

Tabela – Comparativo entre os dados do RGF, SIM e STN relativos a despesa com pessoal (R\$ 1,00)

Despesa com Pessoal	SIM / STN	RGF
Receita Corrente Líquida – RCL	110.840.151,64	110.840.151,64
(-) Transferências de Emendas Parlamentares Individuais	1.441.962,00	1.441.962,00
(-) Transferências de Emendas de Bancada	300.000,00	300.000,00
Receita Corrente Líquida – RCL Ajustada	109.098.189,64	109.098.189,64
Despesa Líquida com Pessoal	*53.427.068,47	*55.416.164,26
Percentual do Total da Despesa com Pessoal sobre a RCL Ajustada	48,97%	50,79%

Da tabela acima, verifica-se que as **despesas com pessoal** do **Poder Executivo** atingiram o montante de **R\$ 53.427.068,47**, representando **48,97%** da Receita Corrente Líquida AJUSTADA (R\$ 109.098.189,64), em **obediência ao limite de 54%** estabelecido no **art. 20, inc. III, alínea b** da **Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF**.

Com efeito, em pese a divergência tratada neste tópico, cabe esclarecer, que tanto o percentual das **despesas com pessoal** do **Poder Executivo** calculado com base nos dados do **SIM/STN (48,97%)**, como o percentual calculado com base nos valores do **RGF (50,79%)**, encontram-se **dentro do limite de 54%** estabelecido no **art. 20, inc. III, alínea b** da **Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF**, portanto, **inexiste** irregularidade neste item que macule as presentes contas de governo.

Não obstante, **acolhe-se a RECOMENDAÇÃO** sugerida pelo órgão técnico (Relatório de Instrução Final nº 1176/2024), para que a municipalidade adote medidas de controle para evitar o registro de dados inconsistentes no SIM e RGF, posto que, embora se tratando de demonstrativos distintos, tais informações têm origem na mesma fonte,

garantindo, assim, maior integridade, confiabilidade e segurança jurídica às informações apresentadas para os órgãos de controle e a sociedade.

3.7. DÍVIDA CONSOLIDADA E MOBILIÁRIA

Por meio do Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023, a unidade técnica, com base nos dados do **Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal – RGF**, informou que a **Dívida Consolidada Líquida Municipal** encontra-se **dentro do limite** definido pelo **art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal**, conforme tabela abaixo:

Tabela 16 – Cálculo do limite de comprometimento da Dívida Pública (R\$ 1,00)

Dívida Consolidada Líquida (RGF)	Receita Corrente Líquida Ajustada (SIM)	Limite Legal (1,2 x RCL)	* C/ NC / P
14.922.319,68	109.098.189,64	130.917.827,57	C

* LEGENDA: C – CUMPRIU / NC – NÃO CUMPRIU / P – PREJUDICADO PORQUE NÃO DEMONSTROU

3.8. DÍVIDA ATIVA

De início, a Diretoria de Contas de Governo certificou que os valores da Dívida Ativa **foram** indicados nas Notas Explicativas/Declaração, **cumprindo** a IN nº 02/2013, alterada pela IN nº 02/2015 (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

A seguir, a movimentação dos valores que compõem a Dívida Ativa:

Tabela 17 – Evolução da dívida ativa durante o exercício de 2021 (R\$ 1,00)

Especificação	Valor
Saldo do exercício anterior – 2020 (Relatório de Instrução nº 1590/2022)	8.067.781,08
(+) Inscrições no exercício	1.285.807,88
(-) Arrecadado no exercício – Dívida Ativa Tributária	320.700,02
(-) Arrecadado no exercício – Dívida Ativa Não Tributária	0,00
(-) Arrecadado no exercício – Dívida Ativa Tributária – Multa e Juros	0,00
(-) Arrecadado no exercício – Dívida Ativa Não Tributária – Multa e Juros	0,00
(-) Cancelamento e prescrição no exercício	842.879,79
(=) Saldo final do exercício – 2021	8.190.009,15
% do Valor cobrado sobre o saldo do exercício anterior	3,98%

Do quadro supra, o órgão técnico registrou que o percentual arrecadado no exercício representou **3,98%** dos créditos inscritos em exercícios anteriores, indicando que **houve a intensificação** da cobrança da Dívida Ativa, e considerando a arrecadação do

exercício anterior (**0,91%**), concluiu a área técnica que em 2021 **foram desenvolvidos esforços** por parte da Administração Municipal no sentido de recuperar esses direitos.

Ainda sobre a matéria, a unidade técnica apontou:

a) O montante de R\$ 7.187.711,05, declarado pelo Jurisdicionado como Saldo do Exercício Anterior, **divergiu** do valor informado na Prestação de Contas de Governo do exercício anterior (R\$ 8.067.781,08) (Processo nº 07615/2021-5 – Relatório de Instrução Inicial nº 1590/2022).

b) Foi **solicitada** a comprovação da natureza dos créditos prescritos e cancelados, no total de R\$ 842.879,79.

Acerca dos apontamentos acima, o defendente apresentou esclarecimentos e documentos (Processo nº 33049/2023-0 – Anexos nºs. 34973, 34974 e 34979/2023), os quais foram objeto de análise por parte do órgão técnico que, em fase de reexame (Relatório de Instrução nº 1176/2024), **descaracterizou** a divergência apontada na **letra a**, e considerou **atendida** a solicitação descrita na **letra b**, portanto, **sanados** os questionamentos iniciais, posição com a qual manifesto minha **concordância**.

Com efeito, em que pese a conclusão técnica de que **houve a intensificação** da cobrança da Dívida Ativa, bem como **foram desenvolvidos esforços** no sentido de recuperar esses créditos, é dever afirmar que há muito que realizar, tendo em vista o elevado saldo em 31/12/2021 (**R\$ 8.190.009,15**).

A preocupação na recuperação desses créditos resulta no fato de que até determinado momento representam direitos para o Município. Entretanto, após prescreverem, acarretam prejuízos ao erário.

Assim, **RECOMENDA-SE** à Administração Municipal de Várzea Alegre que intensifique a cobrança da Dívida Ativa, seja pela via administrativa ou judicial, proporcionando a recuperação desses direitos e sua possível aplicação em políticas públicas necessitadas pelos munícipes.

3.9. PREVIDÊNCIA

No Relatório de Instrução Final nº 1176/2024, verificou-se que o Poder Executivo **consignou** dos servidores o valor de **R\$ 3.628.008,00** para pagamento ao **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, tendo no decorrer do exercício de 2021 repassado **R\$ 3.603.451,78 (99,32%)**, e quanto ao restante, ou seja, **R\$ 24.556,22 (0,68%)**, a unidade técnica afirmou que foi **devidamente recolhido no exercício seguinte (2022)**, conforme **comprovam** os registros do SIM, portanto, **regularizada** a matéria referente aos

repasse das contribuições previdenciárias consignadas dos servidores para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

3.10. RESTOS A PAGAR

A dívida consolidada com Restos a Pagar ao final do exercício atingiu a monta de **R\$ 10.650.210,16**, que representou **9,61%** da RCL (R\$ 110.840.151,64), e conforme destacou o órgão técnico no Relatório de Instrução nº 4822/2023, o valor de **R\$ 5.543.046,43** se referia a despesas **não processadas**, fato confirmado no Anexo 17 do Balanço Geral (Demonstração da Dívida Flutuante, seq. 02, fls. 55, e seq. 03, fls. 70).

Ressalte-se que a **disponibilidade financeira líquida** existente em 31/12/2021 totalizou **R\$ 19.451.672,24** (item 4.4 deste Parecer Prévio), valor **suficiente para cobrir 100%** dos **restos a pagar processados e não processados** para o **exercício subsequente (R\$ 10.650.210,16)**.

Nada obstante, **RECOMENDA-SE** ao Poder Executivo que adote providências no sentido de efetuar o cancelamento dos restos a pagar não processados, a fim de evitar que tais permaneçam registrados como dívidas no Balanço Geral, e que acompanhe sua execução orçamentária, visando o equilíbrio fiscal estabelecido pela LRF, para que não haja comprometimento da gestão financeira e econômica.

3.11. RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Por meio do Relatório de Instrução Final nº 1176/2024, a Diretoria de Contas de Governo certificou que houve o **cumprimento** das metas dos **resultados primário e nominal** definidas para o período em análise, previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de nº 1.135/2020, de 26/05/2020, acostada aos autos (Processo nº 33049/2023-0 – Anexo nº 34982/2023).

4.0. BALANÇO GERAL

4.1. Na análise das **Demonstrações Contábeis (Anexos Principais e Auxiliares do Balanço Geral)**, constatou-se a **devida consolidação** dos valores referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial de **todas as unidades orçamentárias** constantes no orçamento municipal. Além disso, verificou-se o encaminhamento de **todos os Anexos do Balanço Geral** definidos na Lei nº 4.320/64, exigidos pela IN nº 02/2013, alterada pela IN nº 02/2015 (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

4.2. No tocante à “**Análise de Consistência dos Demonstrativos Contábeis**”, restou comprovado que os resultados registrados **conferem** entre si: Da Receita Realizada (BO x BF), Da Despesa Empenhada (BO x BF), Da Despesa Paga (BO x BF), Dos Restos a Pagar (BF x BO), Do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa (BP x BF) e Das Disponibilidades de Caixa (BP x DFC) (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

4.3. O Balanço Orçamentário (BO) – Anexo XII (seq. 02), evidenciou um **superávit** na ordem de **R\$ 4.554.122,23**, demonstrando, assim, que a receita arrecadada (R\$ 114.139.088,79) **superou em 3,99%** a despesa realizada (R\$ 109.584.966,56).

4.3.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

4.3.1.1. A Receita Orçamentária Arrecadada totalizou **R\$ 114.139.088,79**, que representou **99,13%** da previsão orçamentária (R\$ 115.137.286,00), resultando em uma **insuficiência de arrecadação de -0,87% (R\$ -998.197,21)** (Relatório de Instrução nº 4822/2023, Balanço Orçamentário, seq. 02, e Anexo 10, seq. 03).

Como bem ressaltou a unidade técnica na instrução inicial, o resultado acima não teve por fito apontar irregularidade, servindo de instrumento para fins de nortear a gestão quanto ao atendimento das disposições legais.

Observou-se, ainda, um **aumento de 17,19% (R\$ 16.750.476,56)** na arrecadação de 2021 (R\$ 114.139.088,79), quando comparada a arrecadação de 2020 (R\$ 97.388.612,23) (Relatório de Instrução nº 4822/2023).

4.3.1.2. Com base nos dados do SIM, o órgão técnico informou que foi arrecadada a quantia de **R\$ 54.000,00** alusiva à **Receita de Alienações**, a qual encontra-se devidamente registrada no Balanço Geral (Relatório de Instrução nº 4822/2023).

4.3.1.3. As **Receitas Tributárias (R\$ 3.952.380,91)** representaram **149,74%** do previsto (R\$ 2.639.392,00), o que ocasionou um **superávit de arrecadação tributária de 49,74% (R\$ 1.312.988,91)** em relação ao que foi planejado (Relatório de Instrução nº 4822/2023).

4.3.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A **Despesa Orçamentária Empenhada** totalizou **R\$ 109.584.966,56**, que representou **95,18%** da fixação orçamentária (R\$ 115.137.286,00), resultando em uma **economia orçamentária de 4,82% (R\$ 5.552.319,44)** (Relatório de Instrução nº 4822/2023, Balanço Orçamentário, seq. 02, e Anexo 11, seq. 03).

Como bem ressaltou a unidade técnica na instrução inicial, o resultado acima não teve por fito apontar irregularidade, servindo de instrumento para fins de nortear a gestão quanto ao atendimento das disposições legais.

4.4. O Balanço Financeiro (BF) – Anexo XIII (seq. 02), demonstrou que a **disponibilidade financeira bruta** em 31/12/2021 totalizou **R\$ 19.451.672,24**, valor que também equivale a **disponibilidade financeira líquida**, sendo **R\$ 19.413.741,88** do Poder Executivo (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023) e **R\$ 37.930,36** do Poder Legislativo (conta-corrente nº 4.603-5 – BB, seq. 02, fls. 28).

4.5. O Balanço Patrimonial (BP) – Anexo XIV (seq. 02), apresentou um **Patrimônio Líquido** no valor de **R\$ 60.112.124,78**, resultado decorrente da diferença entre o grupo do Ativo (R\$ 89.323.164,23) e o grupo do Passivo (R\$ 29.211.039,45).

Destacou-se, a **título informativo**, que o resultado financeiro apurado através do Balanço Patrimonial correspondeu a um **superávit** de **R\$ 14.578.537,89** (Ativo Financeiro: R\$ 21.219.541,24 – Passivo Financeiro: R\$ 6.641.003,35), demonstrando, assim, a **existência** da **fonte de recursos superávit financeiro** a ser utilizada para abertura de créditos adicionais no exercício seguinte (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

Por fim, demonstrou-se a evolução do Patrimônio Líquido (Relatório de Instrução nº 4822/2023), conforme tabela a seguir:

Tabela 25 – Evolução do Patrimônio Líquido (R\$ 1,00)

Patrimônio Líquido 2020 (a)	Patrimônio Líquido 2021 (b)	Variação (c = b – a)	Variação % (c / a) x 100
42.013.081,44	60.112.124,78	18.099.043,34	43,08%

*Fonte: Balanço Patrimonial.

4.6. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – Anexo XV (seq. 02), evidenciou um **superávit patrimonial** de **R\$ 18.099.043,34**, resultado decorrente da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (R\$ 175.945.137,90) e variações patrimoniais diminutivas (R\$ 157.846.094,56) (Relatório de Instrução nº 4822/2023).

4.7. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (seq. 02), apresentou uma **Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** de **R\$ 6.813.196,29**, devido o Caixa e Equivalente de Caixa Final (R\$ 19.451.672,24) ter **aumentado** em relação ao Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (R\$ 12.638.475,95) (Relatório de Instrução nº 4822/2023).

4.8. Pertinente a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), o órgão técnico ressaltou que no Município de Várzea Alegre **não se aplica** a obrigatoriedade de envio de referido Demonstrativo contábil (Relatório de Instrução nº 4822/2023).

5.0. TRANSPARÊNCIA

Em pesquisa ao endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre (<https://www.varzeaalegre.ce.gov.br/>), a unidade técnica certificou que a PCG em análise foi devidamente **divulgada**, em **atendimento** ao caput do **art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal** (Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023).

6.0. MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES CONSTANTES NOS PARECERES PRÉVIOS ANTERIORES

No tocante ao atendimento às RECOMENDAÇÕES formuladas por esta Corte de Contas, por ocasião do exame da PCG de Várzea Alegre do exercício anterior (2020), o órgão técnico, por meio do Relatório de Instrução Inicial nº 4822/2023, solicitou ao gestor que apresentasse as ações promovidas para implementação.

Considerando o **silêncio** da defesa sobre esse assunto, e considerando a **não manifestação** da unidade técnica em fase de reexame, **reiteram-se** às RECOMENDAÇÕES expedidas no Parecer Prévio nº 257/2023 (Processo nº 07615/2021-5 – Prestação de Contas de Governo de Várzea Alegre – Exercício de 2020).

VOTO

Considerando que compete ao Tribunal de Contas do Estado a apreciação do processo das Contas de Governo, mediante a emissão de Parecer Prévio;

Considerando que o resultado da apreciação proferida nestas Contas de Governo independe do julgamento das Contas de Gestão, que podem eventualmente ser de responsabilidade do Prefeito, sempre que atuar como Ordenador de Despesas, porquanto os incisos II e VIII do art. 71 da Constituição Federal não distinguem os Prefeitos, como Gestores, dos demais administradores, quando ordenam despesas;

Considerando que foi assegurado e respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa ao Senhor Prefeito, durante a instrução processual;

Considerando que a Prestação de Contas de Governo em exame apresentou pontos positivos, dentre os quais destacamos:

- Regularidade no envio da Prestação de Contas de Governo à Câmara Municipal;
- Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais dentro da legalidade;
- Repasse do Duodécimo ao Poder Legislativo em respeito ao art. 29-A, § 2º, inc. I, II e III da Constituição Federal;
- Obediência ao percentual constitucional com Saúde (17,63%);
- Despesas com Pessoal do Poder Executivo em respeito ao limite máximo de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Dívida Consolidada Líquida Municipal dentro do limite legal;
- Regularidade nos repasses das contribuições previdenciárias consignadas dos servidores para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- Existência de disponibilidade financeira para cobrir 100% dos restos a pagar processados e não processados para o exercício seguinte;
- Cumprimento das metas dos resultados primário e nominal;



- Aumento de 17,19% (R\$ 16.750.476,56) na arrecadação da receita quando comparada ao exercício anterior;
- Superávit de arrecadação tributária de 49,74% (R\$ 1.312.988,91) em relação ao que foi planejado;
- Balanço Geral apresentado sem incorreções;
- Prestação de Contas de Governo divulgada em meios eletrônicos;

Considerando as **recomendações** de melhoria dos mecanismos de controle interno para a otimização das situações relatadas nos **itens 3.4, 3.5, 3.6, 3.8 e 3.10**;

Considerando tudo mais que dos autos consta;

VOTO, com fundamento no art. 78, inciso I, da Constituição Estadual, e nos arts. 1º, inciso III, e 42-A, da Lei Estadual nº 12.509/95 (LOTCE/CE), no sentido de:

a) **EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** das Contas de Governo do Município de **VÁRZEA ALEGRE**, exercício financeiro de **2021**, considerando-as **REGULARES COM RESSALVA**, de responsabilidade do **Sr. JOSÉ HÉLDER MÁXIMO DE CARVALHO**, com as **RECOMENDAÇÕES** constantes no Voto;

b) **NOTIFICAR** o Prefeito José Helder Máximo de Carvalho e a Câmara Municipal de Várzea Alegre;

c) **ENCAMINHAR** os autos à Câmara Municipal de Várzea Alegre para o respectivo julgamento.

Fortaleza, Sessão do Pleno Virtual do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em 29 de abril de 2024.

Patrícia Lúcia Mendes Saboya
CONSELHEIRA RELATORA



ESPÉCIE: Prestação de Contas de Governo
DOCUMENTO: Relatório de Instrução nº 1176/2024
FASE: Final
PROCESSO Nº: 08630/2022-2
ENTE: Prefeitura Municipal de Várzea Alegre
RESPONSÁVEL: José Hélder Máximo de Carvalho
EXERCÍCIO: 2021

EMENTA: Reexame da Prestação de Contas de Governo do Município de Várzea Alegre, referente ao exercício de 2021.

1. INTRODUÇÃO

1. Por meio da Certidão de Acompanhamento de Prazo nº 13944/2023, foi determinada a remessa dos autos de Prestação de Contas de Governo do Município de Várzea Alegre, exercício 2021, de responsabilidade do Sr. José Hélder Máximo de Carvalho, a esta Diretoria, para Relatório Técnico Conclusivo.
2. Atendendo despacho singular nº 9300/2023 da lavra da relatora, por sugestão do relatório inicial, foi realizada audiência do responsável, o qual apresentou esclarecimentos acerca dos fatos informados naquele Relatório, conforme se observa nos registros contidos no Sistema deste Órgão de Controle Externo.
3. Salienta-se que os achados a seguir analisados, estão dispostos como relatados no Relatório de exame inicial da presente Prestação de Contas de Governo.
4. A Diretoria de Contas de Governo, instada a se manifestar, informa os fatos a seguir expostos.

2. EXAME TÉCNICO

2.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Situação encontrada

5. Conforme relatado na Informação anterior as Leis, nº 1181/2021 de 08 de março de 2021 e nº 1224/2021 de 04 de outubro de 10/2021, que autorizam o Poder Executivo a abrir créditos adicionais especiais, não foram encaminhadas na presente Prestação de Contas de Governo.

Esclarecimentos encaminhados

6. Acerca do que foi informado neste Tópico, o Sr. José Hélder Máximo de Carvalho, em



suas justificativas, afirma o seguinte:

“.... a insigne Inspeção questiona a ausência das Leis nºs 1181/2021, 1224/2021, que não acompanharam o processo de Prestação de Contas. Fato este, que após uma revista ao referido processo de prestação de contas encontram-se acostados aos autos e para constar apensamos as Leis questionadas, suprimindo a falha apontada. Portanto foram obedecidos os ditames legais, mais precisamente o art. 167 da Constituição Federal e art. 43 da Lei Federal 4.320/64”.

Análise da Diretoria

7. Examinando novamente os autos, notadamente os documentos acostados ao presente Processo nesta nova fase, constatou-se a remessa da **Lei nº 1181/2021** de 08 de março de 2021 e da **Lei nº 1224/2021** de 04 de outubro de 2021, as quais dispõem sobre a abertura de créditos adicionais especiais ao Orçamento então vigente no Município, podendo ser identificadas no Sistema deste Órgão de Controle Externo como **ANEXO – 34977/2023 – 24/10/2023** e **ANEXO – 34978/2023 – 24/10/2023**.

Conclusão da Diretoria

8. Tendo em vista a apresentação das Leis acima mencionadas, esta Diretoria sugere a regularidade nesta seção.

2.2. DUODÉCIMO

Situação encontrada

9. Conforme a Informação anterior, verificou-se que foram repassados recursos financeiros ao Poder Legislativo Municipal a título de Duodécimo na cifra de **R\$ 2.836.398,60**. Sabendo que o repasse a ser feito deveria sempre ter como meta o valor do orçamento ATUALIZADO, mas como o montante orçado (**R\$ 3.826.621,00**) excedeu o limite constitucional (**R\$ 2.877.978,01**), a Unidade Técnica entendeu que a cifra a ser repassada deveria ser exatamente o prefalado limite, sendo assim, concluiu que foi repassado a menor o valor de **R\$ 41.579,41**. Solicitou-se, também, que fosse comprovada a ação desenvolvida pelo Sr. Prefeito com vistas a dar ciência, mediante Decreto, ao Chefe do Legislativo acerca do valor a ser repassado, permitido pela Constituição.

Esclarecimentos encaminhados

10. Acerca dos questionamentos formulados nesta seção, o Sr. José Hélder Máximo de Carvalho expõe as suas alegações/esclarecimentos, conforme transcrito a seguir:

Ao executivo compete tão somente repassar o valor do DUODÉCIMO, já que a



fixação orçamentária das despesas é de responsabilidade da Câmara Municipal. Então para comprovar, apensamos a esta, o Decreto do Executivo onde determina o valor do repasse mensal para o Legislativo.

Diante do exposto conclui-se que a Prefeitura atendeu ao orçamento atualizado do Município no tocante aos repasses duodecimais para o legislativo.

Quanto a diferença apontada na ordem de R\$ 41.579,41 corresponde a parte dos recursos referente aos valores do ISS – Impostos sobre Serviços de Qualquer natureza.

Questionamos o calculo da Inspecoria, quanto a duplicidade do referido Imposto. Senão vejamos o valor do imposto sobre serviços incluindo o Simples nacional totaliza R\$ 1.800.518,73. E quando a inspecoria elaborou o quadro acrescentou a esse, o valor de R\$ 469.905,70 referente ao Simples Nacional, ou seja, em duplicidade. Por outro lado a Inspecoria não levou em conta o valor da Dívida Ativa de R\$ 64.486,21. Apresentamos o QUADRO DEMONSTRATIVO DO CALCULO DO DUODÉCIMO, e seu respectivo Decreto.

Portanto, o suposto repasse a menor, não interferiu nas ações ao Legislativo. Porem não houve prejuízo. Como solicitado estamos aos autos cópias do Decreto nº 194/2021 de 15 de Janeiro de 2021. Demonstrando, dessa forma, que o Poder Executivo deu ciência ao Poder Legislativo do Valor a ser repassado, permitido pela Constituição.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DO REPASSE DO DUODÉCIMO PARA
CÂMARA MUNICIPAL 2021**

ANEXO I

Demonstrativo da Receita Arrecadada em 2020	Valor em R\$
IPTU	303.407,18
ISS /SIMPLES NACIONAL	1.800.518,73
ITBI	25.472,26
IRRF	1.387.836,30
Taxas	166.960,17
Contribuição de Melhoria	0,00
Contribuição do Servidor para o Regime Próprio de Previdência	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.620.374,96
Dívida Ativa Tributária	64.486,21
Juros, Multas e Atualização Monetária de Impostos e Dívida Ativa (Proveniente de Impostos)	0,00
Quota Parte do FPM	26.302.943,95
Quota Parte FPM – 1% EMENDA 55	2.341.462,96
Quota Parte do ITR	3.879,55
Quota Parte do IPVA	1.435.570,32
Quota Parte do ICMS	6.812.860,52
Quota Parte do IPI	29.791,01
Quota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	33.362,38
Lei Complementar nº 87/96	0,00
Total de Impostos e Transferências – Referente ao Exercício de 2020	42.328.927,00
(7%) da Receita (BASE NA POPULAÇÃO)	2.963.024,89
Valor do REPASSE AO LEGISLATIVO	2.963.024,89
DEDUÇÃO (CIPE/CIP)	113.426,25
Valor do Repasse mensal ao legislativo	2.849.598,64
Valor do repasse Mensal para 2021	237.466,55



RESUMO GERAL CÂMARA	
a) VALOR A SER REPASSADO EM 2021/ RECEITA 2020	2.849.598,64
b) VALOR REFERENTE PENSIONISTA 2020	0,00
c) VALOR DO REPASSE ANUAL (c = a + b)	2.849.598,64
VALOR DO REPASSE MENSAL	237.466,55
VALOR PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2021	318.885,08
VALOR REPASSE PARA 2021 CONFORME DECRETO	237.466,55

Análise da Diretoria

11. Em virtude dos argumentos apresentados pelo Responsável, os autos foram examinados novamente, consultando-se também o banco de dados do Sistema de Informações Municipais – SIM, constatando-se que o valor a ser preenchido manualmente correspondente ao valor do ISS/SIMPLES NACIONAL foi importado automaticamente para o relatório, na rubrica de ISS, dando origem ao valor duplicado do ISS/SIMPLES NACIONAL.

12. Quanto ao valor de R\$ 64.486,21, mencionado pelo Defendente, na soma do total de impostos e transferências, o montante de Dívida Ativa Tributária e dos Juros, Multas e Atualização Monetária de Impostos e Dívida Ativa (Proveniente de Impostos), já estão somados aos seus correspondentes tributos.

13. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública no valor de R\$ 1.620.374,96, apresentado pelo Responsável em seu Demonstrativo, deve-se esclarecer que essa Receita não faz parte do Demonstrativo das receitas efetivamente arrecadadas no exercício anterior (2020), utilizadas para o cálculo do Duodécimo relativo ao exercício seguinte (2021).

14. Considerando que o valor de R\$ 469.905,70 correspondente ao ISS/SIMPLES NACIONAL, foi informado em duplicidade, esta Unidade Técnica retifica a Informação anterior apresentando o novo Demonstrativo abaixo:

Tabela – Memória de cálculo para o duodécimo (R\$ 1,00)

Tributos e transferências considerados para o cálculo – art. 6º da Instrução Normativa nº 02/2000 do então TCM/CE	Valor
IPTU	303.407,18
ISS	1.330.613,03
ISS (Simples Nacional)	469.905,70
ITBI	25.472,76
IRRF	1.387.836,30
Taxas	166.960,17
Contribuição de Melhoria	0,00



Quota Parte do FPM		28.644.406,91
Quota Parte do ITR		3.879,55
Quota Parte do IPVA		1.435.570,32
Quota Parte do ICMS		6.812.860,52
Quota Parte do IPI		29.791,01
Quota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE		33.362,38
Lei Complementar nº 87/96		0,00
Quota Parte do IOF – OURO		0,00
Total dos Impostos e Transferências – Exercício 2020		40.644.065,83
(a) 7% da Receita (Percentuais com base na população – Emenda Constitucional nº 58/2009)		2.845.084,61
Valor fixado no Orçamento (Balancete)		3.826.621,00
(+) Créditos Adicionais Abertos (Balancete)		213.850,00
(-) Anulações (Balancete)		213.850,00
(b) (=) Fixação Atualizada		3.826.621,00
Valor Repassado (Bruto)		2.849.598,60
(-) Aposentadorias e Pensões		13.200,00
(c) (=) Valor Repassado Líquido – Base de Cálculo		2.836.398,600
Limite Constitucional (a)		2.845.084,61
Fixação Atualizado		3.826.621,00
Valor a Repassar (d) (Menor entre a e b)		2.845.084,61
Valor Repassado Líquido – Base de Cálculo (c)		2.836.398,60
Valor Repassado a Maior / Menor (d – c)		8.686,01

*Nota: Na soma do total de impostos e transferências, o montante de Dívida Ativa Tributária e dos Juros, Multas e Atualização Monetária de Impostos e Dívida Ativa (Proveniente de Impostos), já estão somados aos seus correspondentes tributos.

15. Com base na Tabela acima, verifica-se que foram repassados recursos financeiros ao Poder Legislativo Municipal a título de Duodécimo na cifra de R\$ 2.836.398,60.

16. Sabendo que o repasse a ser feito deveria sempre ter como meta o valor do orçamento ATUALIZADO, mas como o montante orçado excedeu o limite constitucional, esta Unidade Técnica entende que a cifra a ser repassada deveria ser exatamente o prefalado limite, sendo



assim, conclui-se que foi repassado a menor apenas o valor de **R\$ 8.686,01**.

17. Quanto à Solicitação referente a comprovação da ação desenvolvida pelo Sr. Prefeito com vistas a dar ciência, mediante Decreto, ao Chefe do Legislativo acerca do valor a ser repassado, permitido pela Constituição, constatou-se que se encontra nos autos do presente Processo, junto aos esclarecimentos prestados pelo Responsável nesta oportunidade, cópia do Decreto nº 194/2021 de 15 de janeiro de 2021, o qual dispõe sobre o limite de recurso a ser repassado ao Poder Legislativo Municipal de Várzea Alegre no exercício financeiro de 2021. Atendendo à solicitação deste Órgão de Controle Externo.

Conclusão da Diretoria

18. Mediante o exposto, esta Diretoria é pela permanência da falha anteriormente apontada neste Tópico, no que se refere ao repasse a título de Duodécimo, destacando apenas a retificação do valor repassado a menor ao Poder Legislativo Municipal no exercício em referência (2021).

2.3. LIMITE CONSTITUCIONAL DE GASTOS COM A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

Situação encontrada

19. Informou-se no Relatório anterior, que as despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino, à luz do artigo 212 da Constituição Federal, foi de R\$ 8.453.552,82, representando 16,29% do total das receitas provenientes de impostos e das provenientes de transferências relativas a impostos. Desse modo, descumprindo o dispositivo constitucional.

Esclarecimentos encaminhados

20. O Sr. José Hélder Máximo de Carvalho não concorda com o valor aplicado em educação e o percentual acima informados, apresentando seus argumentos nos seguintes Termos:

A certeza que a intenção deste Prefeito sempre fora zelar por uma Educação de qualidade e com abrangência a todas as camadas da sociedade e principalmente as nossas crianças, mais uma vez constata-se a preocupação deste Gestor com o ensino Fundamental deste Município, atendendo aos limites constitucionais.

Contudo assim relata a Inspetoria: **“55. Analisando as despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino a luz do artigo 212 da Constituição Federal, constatou-se que o Município aplicou o valor de R\$ 8.453.552,82, representando 16,29% do total das receitas provenientes de impostos e das provenientes de transferência. Desse modo, descumpriu o dispositivo constitucional”.**

Sendo assim, acreditamos que a inspetoria usou o termo, descumpriu, sem verificar todos os gastos na função 12 com recursos próprios. Uma vez que está comprovado o atendimento ao art. 212 da CF.

É importante frisar que o cálculo das Inspetoria é feito com base nos Dados do



SIM. E nossos cálculos elaborados através de Relatórios contábeis e Anexos (2 da IN nº 02/2013) da própria prestação de Contas de Governo, demonstrando que foram aplicados 27,92%, na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

A Inspeção nos cálculos do SIM, desconsidera o saldo inicial e o saldo Final. Como se todos os recursos provenientes dos Convênios destinados a Educação tivessem sido todos aplicados conforme quadro anexo. Sobretudo, no demonstrativo são desconsiderados para efeito de cálculo, todas as despesas relativas, oriundas dos convênios firmados. Porém nessa mesma linha de raciocínio, quando é descontado os recursos oriundos das transferências, implica-se dizer que, supostamente, todos os recursos resultantes das transferências de convênios foram gastos ou aplicados e não restasse nenhuma **SOBRA (Saldos)**.

Portanto é nesse ponto que questionamos, pois se foi retirado todos os valores das Receitas de Transferências, os saldos deveriam ser **ZERO**. Por outro lado, a Despesas Liquidada no exercício, logo, seria maior na mesma proporção dos gastos.

Mas, na verdade as contas bancárias continuaram com saldos e que devem ser acrescidos nas Despesas na Manutenção da Educação. Assim como ocorre, quando é descontado os Saldos iniciais das referidas Transferências. Também dessa forma no Saldo da conta do Fundeb não pode ser desconsiderado uma vez que a Complementação do Fundeb é descontada totalmente do Cálculo, como se não tivesse havido nenhuma despesa com a complementação do FUNDEB.

NOTA EXPLICATIVA:

MEMORIA DE CALCULO DOS RECURSOS PRÓPRIOS NA APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM VÁRZEA ALEGRE 2021

RECURSOS PRÓPRIOS/FUNDEB	SALDO ANTERIOR 2020	RECEITA	DESPESA	SALDO ATUAL 2021
COMPLEMENTAÇÃO	152.745,33	26.274.335,40	20.133.894,76	6.293.186,97
Dedução 20%	0,00	9.046.536,90	9.046.53,90	0,00
Recursos Próprios	0,00	5.532.638,76	5.532.638,76	0,00
Convênios	1.343.328,49	2.538.423,91	2.488.370,30	1.393.382,10
	1.496.073,82	43.391.934,97	37.201.440,72	7.686.568,07

NESTE QUADRO PERCEBE-SE CLARAMENTE QUE O TOTAL DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS CONVÊNIOS COMO TAMBÉM DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O FUNDEB, NÃO FORAM GASTOS NA SUA TOTALIDADE, RESTANDO O SALDO A APLICAR CONFORME DEMONSTRADO ACIMA.

POREM, COMO OS RECURSOS NÃO FORAM GASTOS TOTALMENTE, NÃO SE DEVE DESCONTAR DAS DESPESAS LIQUIDADAS. ATÉ POR QUE SE TIVESSE SIDO GASTOS, TERIA QUE EMPENHAR MAIS DESPESAS, LIQUIDAR E PAGAR, PRA ZERAR OS SALDOS. AI SIM PODERIA DIZER QUE OS RECURSO FORAM APLICADOS NA SUA TOTALIDADE.

QUANDO A INSPETORIA DESCONTA DA DESPESA LIQUIDADA, OS RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO E DOS CONVÊNIOS, ESTÁ AFIRMANDO QUE OS RECURSOS FORAM GASTOS NA SUA TOTALIDADE. MAS NA VERDADE NÃO FORAM.

AGINDO ASSIM, DIMINUI-SE O VALOR APLICADO REFERENTE AOS



RECURSOS PRÓPRIOS. SE OBSERVAR, ATENTAMENTE A APLICAÇÃO DEMONSTRADA PELA INSPETORIA É MENOR DO QUE O VALOR DA DEDUÇÃO QUE CORRESPONDE A 20,00% R\$ 9.046.536,90 # R\$ 8.453.552,82. SEM LOGICA.

Análise da Diretoria

21. Em virtude dos argumentos ora apresentados pelo Requerente, esta Unidade Técnica examinou novamente os dados referentes aos gastos com Educação, efetuados pelo Município de Várzea Alegre no exercício de 2021.

22. Considerando-se as justificativas do Interessado, *a priori*, cabe a esta Diretoria esclarecer que para fins de apuração do limite constitucional de gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, foram seguidas as orientações emanadas pela Instrução Normativa nº 07/1997, atualizada pela IN nº 03/2007, considerando-se, ainda, a Lei Federal nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

23. Nesse contexto, a evidenciação do valor alusivo às transferências de recursos do FUNDEB não integra a base de cálculo do montante a ser aplicado em educação, ocorrendo por ocasião do cálculo somente o destaque do valor da referida receita, a qual será deduzida na apuração dos gastos a título de despesas realizadas com recursos do FUNDEB.

24. No cálculo evidenciado no Relatório de Instrução nº 4822/2023 foi apresentado o total recebido líquido (R\$ 26.276.334,51) a título das transferências de recursos do FUNDEB. Referido valor, serviu como fonte adicional para o financiamento da educação, e, para tanto, foi deduzido, para fins de apuração do limite constitucional, as despesas realizadas com recursos do FUNDEB, apurado conforme abaixo:

Descrição	Valor (R\$)
Transferências de Recursos do FUNDEB	25.163.403,81
(+) Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB	10.159.467,60
(-) Deduções de Receitas do FUNDEB	9.046.536,90
(=) Despesas realizadas com recursos do FUNDEB	26.276.334,51

25. A tabela a seguir demonstra as receitas arrecadadas que serviram de base para o cálculo dos limites constitucionais da manutenção e o desenvolvimento do ensino, bem como das ações e serviços públicos de saúde.

Tabela – Base de cálculo para aplicação do percentual mínimo da educação (R\$ 1,00)

Impostos e Transferências Considerados para o Cálculo	Valor
---	-------



IPTU		568.214,59
ISS		1.917.642,20
ITBI		33.989,97
IRRF		1.184.909,28
Quota Parte do FPM		34.937.541,28
Quota Parte do FPM – 1%		2.884.073,85
Quota Parte do ITR / ITR		6.152,45
Quota Parte do IPVA		1.566.443,34
Quota Parte do ICMS		8.684.965,38
Quota Parte do IPI		37.585,60
Lei Complementar nº 87/96		60.095,37
Quota Parte do IOF – OURO		0,00
Total dos Impostos e Transferências		51.881.613,31

*Fonte: Dados do SIM

26. Também é demonstrado a seguir o valor total de impostos e transferências relativas a impostos, bem como os gastos considerados como despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino. Ressaltando-se que os números foram extraídos do banco de dados do SIM e do Balanço Geral.

Tabela – Cálculo do valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desen. do ensino (R\$ 1,00)

Descrição	Valor
Total dos Impostos e Transferências (Extraído do SIM)	51.881.613,31
Valor a aplicar (Art. 212 C.F.) – 25% do Total dos Impostos e Transferências	12.970.403,33
Total das Transferências de Recursos do FUNDEB Recebido (Líquido) (Extraído do SIM)	26.276.334,51

Tabela 12 – Cálculo do percentual de aplicação na manutenção e desen. do ensino (R\$ 1,00)

Despesas com Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Valor
(+) Gastos com Educação – FUNÇÃO 12 (Anexos 7 e 8 do Bal. Geral – PCG 2021)	37.620.353,79



(+) Restos a Pagar Inscritos nos Exercícios Anteriores e Liquidados no Atual Exercício (Relação não encaminhada – PCG 2021)	104.335,78*
(-) Restos a Pagar Não Processados <u>Inscritos no Exercício</u> , Relativos à Educação (Conforme a relação encaminhada – PCG 2021)	456.378,33
(-) Ensino Médio (Subfunção 362)	0,00
(-) Ensino Profissional (Subfunção 363)	0,00
(-) Ensino Superior (Subfunção 364)	0,00
(-) Despesas realizadas com recursos de transferências voluntárias (Recursos Conveniados) (SIM e Anexos 13 do Bal. Geral – PCG 2021)	2.597.442,65
(-) Despesas realizadas com recursos do Fundeb	26.276.334,51
(-) Despesas realizadas com recursos do FUNDEF recebidos em exercícios anteriores	0,00
(-) Despesas realizadas com recursos do FUNDEF recebidos em 2021	0,00
(=) Valor Aplicado	8.394.534,08
Percentual aplicado	16,18%
Deficit de aplicação	4.575.869,25

27. Apresenta-se adiante o cálculo das despesas realizadas com recursos de **transferências voluntárias**, elaborado segundo os dados contidos no Balanço Geral e no SIM:

Tabela – Relação dos gastos realizados com recursos de transferência voluntárias

Conta-Corrente / Receita	Saldo Anterior R\$	Ingresso R\$	Saldo Atual R\$	Valor Utilizado R\$
11.224-0 Transferências do Salário – Educação.	443.864,92	345.164,63	6.683,74	782.345,81
672.001-9 Transferências do Salário – Educação.	-	656.005,18	525.627,74	130.377,44
5636-7 Transferências Diretas do FNDE – PDDE	8.834,29	9.480,00	17.884,35	429,94
18.884-0 Transferências Direta do FNDE – PNAE	247.419,99	763.759,92	32.570,82	978.609,09
11.321-2 Transferências Dir. FNDE Referente ao PNATE	274.226,82	469.632,18	309.069,68	434.789,32



Conta-Corrente / Receita	Saldo Anterior R\$	Ingresso R\$	Saldo Atual R\$	Valor Utilizado R\$
00079-0 Outras Transfer. Transporte Escolar Ensino Médio	101.937,67	244.382,00	75.428,62	270.891,05
Total	1.076.283,69	2.488.423,91	967.264,95	2.597.442,65

*Fonte: SIM e Anexo 13 – Balanço Geral – PCG.

28. Frisa-se que os recursos que devem ser considerados são os próprios, pois aqueles de natureza vinculada devem ser sumariamente desconsiderados dos cálculos acima, e, portanto, do total dos valores gastos na função 12. Descontar o valor utilizado dos recursos de transferências voluntárias é justamente essa finalidade. Não se vislumbra qualquer inconsistência, pois se houve “sobra”, automaticamente não está no total apurado gasto (R\$37.620.353,79)

29. Ademais, cabe registrar que a análise em tela se baseia nos dados do SIM, mas também do Balanço Geral e demais peças presentes na prestação de contas, que por sinal devem ser compatíveis e são de responsabilidade do jurisdicionado, que deve prezar pela transparência, integridade e conformidade das informações/dados, em especial quando advindas da mesma fonte/natureza.

30. Assim, as despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino, à luz do artigo 212 da Constituição Federal, no montante de **R\$ 8.394.534,08**, representa **16,18%** do total das receitas provenientes de impostos e das provenientes de transferências relativas a impostos. Desse modo, descumprindo o citado dispositivo constitucional.

31. Porém, deve-se ressaltar o período de exceção decorrente da notória calamidade pública provocada pela pandemia do COVID 19, que, de acordo com as disposições do art. 1º da Emenda Constitucional nº 119/2022 afasta a responsabilidade, no exercício de 2020 e 2021, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos agentes públicos desses entes federados em função do eventual descumprimento da aplicação mínima constitucional de 25% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

32. Destacando-se, ainda, a obrigação da complementação até o exercício de 2023, da diferença existente, nos termos do parágrafo único do art. 119 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 119/2022, que estabelece:

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de



2020 e 2021.

Conclusão da Diretoria

33. Não obstante o Município tenha aplicado apenas o valor de **R\$ 8.394.534,08** em despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino, representando **16,18%** do total das receitas provenientes de impostos e das provenientes de transferências, infringindo o art. 212 da Constituição Federal, descaracteriza-se a falha anteriormente apontada nesta seção, em função da calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19.

34. Logo, recomenda-se à Administração Municipal que implemente meios de atender a obrigatoriedade de complementação até o exercício de 2023, da diferença existente na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do parágrafo único do art. 119 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 119/2022.

2.4. DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Situação encontrada

35. Conforme o registro contido na Informação anterior, verificou-se que os valores demonstrados no RGF do último período **não** estão compatíveis em relação aos valores publicados pela SIM/STN, pois, os **montantes de despesa com pessoal e das transferências obrigatórias da União** relativas às emendas parlamentares individuais (R\$ 1.441.962,00) não foram registrados corretamente no referido Demonstrativo (RGF).

Esclarecimentos encaminhados

36. Com relação ao que foi abordado neste Tópico, o Sr. José Hélder Máximo de Carvalho apresentou os seguintes comentários/esclarecimentos:

Os gastos com pessoal são acompanhados quadrimestralmente através do RGF, e para tanto também é feito um controle pelo setor de recursos humanos. Portanto, vale salientar que ao final do último quadrimestre o percentual apontado está dentro do limite da LRF, ou seja, não atingiu o Limite máximo de 54%.

Em outro comentário acerca do próprio RGF, a Inspeção afirma que o RGF do último quadrimestre não está compatível com os valores referentes as Emendas parlamentares Individuais no valor de R\$ 1.441.962,00.

Não concordamos, mesmo que tivesse havido uma possível falha na classificação da Receita, cujo registro fosse realizado a maior numa rubrica, não deveria ser considerado como erro, ou falha humana, e sim como atecnia. Por outro, lado seria grave se o referido valor não tivesse sido contabilizado ou se a falha fosse intencional, para obter vantagem na apuração do Calculo de Pessoal.

Portanto não se vislumbra erro, falha e nem malversação de recursos, já que



foram registrados corretamente na receita orçamentaria de convênio, especificamente como EMENDAS INDIVIDUAIS, destinada ao Município de VÁRZEA ALEGRE, como atesta a ficha, apensa a esta Justificativa.

Após uma análise no RGF do 3º quadrimestre, nota-se claramente que o referido valor registrado encontra-se bem legível na respectiva coluna denominada Transferências obrigatórias da união relativas às Emendas individuais.

Apensamos o RGF do último período para que seja analisado o questionamento e dirimida a dúvida.

Desse modo, após novo processamento no sistema Contábil, verifica-se que a diferença inexistente. Falha técnica processual.

Disto isto, salienta-se que não houve nenhuma maculação dos dados e nem gerou prejuízo ou vantagem ao Ente, já que o Percentual de Gastos com Pessoal, sempre esteve dentro do Limite Legal. Apensamos, os referidos Relatórios de Gestão Fiscal do último quadrimestre de modo a esclarecer a inconsistência.

Análise da Diretoria

37. Examinando novamente os autos, pode se constatar que o jurisdicionado faz constar no presente Processo, nesta oportunidade, cópia do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “a”), identificado no Sistema deste Órgão de Controle Externo, como ANEXO – 34981/2023 – 24/10/2023.

38. Após analisada a **referida peça**, ao contrário do que afirma o justificante, verifica-se que, embora corrigido o valor das Transferências de Emendas Parlamentares Individuais, o valor ali registrado referente ao montante das despesas com pessoal permanece incompatível com aquele informado através do Sistema de Informações Municipais – SIM e presente em seu banco de dados.

39. A seguir se apresenta o detalhamento dos valores apurados por meio do SIM e RGF:

Tabela – Cálculo da despesa com pessoal do Poder Executivo (R\$ 1,00)

Despesa com Pessoal	SIM	RGF
Despesa Bruta com Pessoal (I)	55.482.787,86	57.190.935,35
Pessoal Ativo	53.639.299,47	55.253.707,64
– Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	43.956.233,30	44.934.703,59
– Obrigações Patronais	9.683.066,17	10.319.004,05
Pessoal Inativo	13.200,00	13.200,00
– Aposentadoria, Reserva e Reformas	0,00	0,00
– Pensões	13.200,00	13.200,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta	1.843.488,39	1.924.027,71



(§ 1º do art. 18 da LRF)		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º, da LRF) (II)	2.068.919,39	1.804.621,45
– Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
– Decorrentes de Decisão Judicial	1.616.171,74	1.616.171,74
– Despesas de Exercícios Anteriores	452.747,65	188.449,71
– Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I – II)	53.427.068,47*	55.386.313,90

*Nota: No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são consideradas executadas (Lei 4.320/64).

Despesa com Pessoal	Poder Executivo
SIM	53.427.068,47
Relatório de Gestão Fiscal – RGF	55.416.164,26*

*Nota: No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são consideradas executadas (Lei 4.320/64), assim, foi somado o valor de **R\$29.850,36** da despesa líquida com pessoal apresentada na tabela acima.

Tabela – Comparativo entre os dados do RGF, SIM e STN relativos a despesa com pessoal (R\$ 1,00)

Despesa com Pessoal	SIM / STN	RGF
Receita Corrente Líquida – RCL	110.840.151,64	110.840.151,64
(-) Transferências de Emendas Parlamentares Individuais	1.441.962,00	1.441.962,00
(-) Transferências de Emendas de Bancada	300.000,00	300.000,00
Receita Corrente Líquida – RCL Ajustada	109.098.189,64	109.098.189,64
Despesa Líquida com Pessoal	*53.427.068,47	*55.416.164,26
Percentual do Total da Despesa com Pessoal sobre a RCL Ajustada	48,97%	50,79%

40. Deve-se esclarecer que o Sistema de Informações municipais – SIM é alimentado com informações provenientes do Município, armazenadas em seu banco de dados e correspondem fiel e integralmente às contas prestadas mensalmente pelos municípios. Portanto, a divergência apontada e não corrigida devidamente, reflete a ocorrência de falha quando/ da elaboração das informações a serem enviadas a este Órgão de Controle Externo.



41. Ressaltando-se que a falha em relação ao SIM, além de prejudicar as atividades de controle externo exercidas pelo TCE, fragiliza a transparência como premissa da prestação de contas para a sociedade.

Conclusão da Diretoria

42. Diante do exposto, esta Unidade Técnica sugere a permanência da falha anteriormente apontada nesta seção.

2.5. DÍVIDA ATIVA

Situação encontrada

43. Na Informação anterior, consta que montante de R\$ 7.187.711,05, declarado pelo Jurisdicionado como saldo do exercício anterior, diverge do valor informado no Relatório de Instrução nº 1590/2022 (R\$ 8.067.781,08)

44. Faz-se necessário comprovar a natureza dos créditos prescritos e cancelados no valor de R\$ 842.879,79, apresentando os devidos registros documentais, como o termo de inscrição de dívida ativa, conforme definido no art. 202 do Código Tributário Nacional (CTN), e, ainda, a apresentação da autorização legislativa para os casos de cancelamentos, consoante os termos do art. 150, §6º, da Constituição

Esclarecimentos encaminhados

45. Quanto a este Tópico, o Sr. José Hélder Máximo de Carvalho apresentou as seguintes justificativas:

Esta Inspeção atesta a regularidade deste tópico. Portanto, sem comentários já que as ações foram realizadas em atendimentos aos ditames legais.

Ainda sobre a dívida questionada em que a gestão não implementou esforços para cobrança da dívida.

Quanto a esse ponto, e mesmo em meio a uma PANDEMIA, a gestão fez notificação e extrajudiciais, através de Termos de cobrança de Ação Fiscal, buscando melhorar a arrecadação do tributo. Apensamos alguns procedimentos que comprovam o que anunciamos.

Quanto a diferença apontada no valor da dívida, o valor de R\$ 8.067.781,08 refere-se ao total da dívida ativa municipal no exercício de 2020: Tributaria e Não Tributaria. Declarações anexas. Sendo a Dívida Tributaria no valor de R\$ 7.187.711,05 e a Dívida Ativa não Tributaria no valor de R\$ 880.070,03. Portanto como se pode notar não houve alterações no valor total da dívida. Porém, o valor do relatório de instrução nº 1590/2022 representa o valor total da Dívida Ativa. Anexos as Declarações de 2020, como também a declaração de 2021.

Ademais, ainda suscita, a Inspeção, sobre o respaldo para o Cancelamento/Prescrição dos **Créditos de natureza Tributaria, como consta**



na própria Declaração, na ordem de R\$ 842.897,79 (Oitocentos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e no ve centavos). Onde os quais completaram o lapso temporal para prescrição.

Neste átimo, cabe enfatizar que o Código Tributário em seu artigo 146º, faz alusão ao procedimento adotado pelo setor competente, quanto ao cancelamento de tais créditos, senão vejamos:

(...)

Análise da Diretoria

46. Examinando novamente os autos, em especial os documentos anexados ao presente Processo nesta nova fase, constata-se a remessa das Declarações mencionadas pelo Jurisdicionado, as quais dispõem sobre a diferença apontada no Saldo da Dívida Ativa, referente ao exercício anterior, afirmando que montante de R\$ 7.187.711,05, refere-se a Dívida Ativa Tributária, enquanto o valor de R\$ 880.070,03, corresponde a Dívida Ativa Não Tributária. Tais documentos são identificados no Sistema deste Órgão de Controle Externo como ANEXO – 34973/2023 – 24/10/2023 e ANEXO – 34974/2023 – 24/10/2023.

47. Com relação a natureza dos créditos prescritos/cancelados no valor de R\$ 842.879,79 o Justificante, invocando o art. 146º do Código Tributário, alega que o procedimento adotado pelo setor competente quanto ao cancelamento de tais créditos encontra respaldo no referido Dispositivo Legal. Indicando que os créditos de natureza tributária, como consta na própria Declaração, na ordem de R\$ 842.897,79, completaram o lapso temporal para prescrição.

Conclusão da Diretoria

48. Considerando as Declarações apresentadas, devidamente assinados pela Gerente do Núcleo da Administração Tributária, Portaria nº 019/2021 da Secretaria de Finanças, Srª. Marisa Luíza Sátiro de Oliveira, esta Diretoria sugere o acatamento das justificativas ora ofertadas pelo Jurisdicionado. Suprimindo-se os questionamentos formulados nesta seção.

2.6. PREVIDÊNCIA

Situação encontrada

49. Informou-se no Relatório preliminar, que o Poder Executivo não repassou integralmente ao INSS os valores consignados no exercício, a título de Contribuição Previdenciária.

INSS		
Especificação		Valor
Consignações (a)		3.603.451,78
Repases (b)		3.584.936,43
Diferença (a – b)		18.515,35
% Repases / Consignações (b / a)		99,48%

*Fonte: Dados extraídos do SIM (Talões de receitas e despesas extraorçamentárias – competência 2021)



Esclarecimentos encaminhados

50. O Sr. José Helder Máximo de Carvalho contesta a informação acima, afirmando o seguinte:

Sobre este tópico a Diretoria afirma que o Poder Executivo, não repassou a Contribuição Previdenciária – INSS na sua totalidade. Apresenta outrossim os seguintes valores consignados de R\$ 3.603.451,78 e que foi repassado o valor de R\$ 3.584.936,43.

Indaga-se, onde a Inspeção coletou esse valor da Despesa, pois ao analisar o Balanço Financeiro está evidenciado o valor R\$ 3.603.451,78, tanto nas retenções quanto nos repasses ao Instituto Previdenciário.

Quando a análise é feita incluindo o Legislativo, ocorre o mesmo fato: o que foi consignado também foi repassado para a previdência. (Balancete Financeiro, Anexo)

Portanto os poderes executivo e Legislativo repassaram na íntegra todos os valores devidos a Instituto Previdenciário. Segue em anexo o Balancete Financeiro como também o Balanço Financeiro anexo XIII e o Anexo XVII – Dívida Flutuante.

Análise da Diretoria

51. Tendo em vista as afirmativas apresentadas pelo Responsável, esta Diretoria reexaminou a movimentação alusiva à consignações e repasses ocorridos no exercício de 2021, verificando que a Unidade Técnica equivocadamente informou como montante consignado o valor de R\$ 3.603.451,78, quando o correto seria R\$ 3.628.008,00, enquanto o montante repassado corresponde a R\$ 3.603.451,78.

52. Diante desta constatação, e com base em nova consulta ao banco de dados do Sistema de Informações Municipais – SIM, são apresentados os valores consignados e repassados ao Órgão Competente – INSS no exercício:

INSS		
Especificação		Valor
Consignações (a)		3.628.008,00
Repasses (b)		3.603.451,78
Diferença (a – b)		24.556,22
% Repasses / Consignações (b / a)		99,32%

53. Devendo-se ressaltar que o valor pendente foi devidamente repassado no exercício seguinte, conforme registro contido no banco de dados do SIM, exercício 2022.

Conclusão da Diretoria

54. Mediante o exposto, esta Diretoria conclui pela descaracterização da falha anteriormente



apontada neste Tópico.

2.7. RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

Situação encontrada

55. Conforme relatado na Informação anterior, os Anexos auxiliares, parte integrante da Lei Municipal nº 1135/20, de 26 de maio de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – LDO), não foram apresentados.

Esclarecimentos encaminhados

56. Quanto ao assunto abordado neste Tópico, o Sr. José Hélder Máximo de Carvalho apresentou as suas justificativas, alegando o seguinte:

Quanto a este item questiona a inspetoria a dificuldade apurar o cumprimento das metas fiscais. Devido a ausências dos Anexos Auxiliares que integram a referida LDO.

Analizando a via em nosso poder, nota-se que a referida Lei se encontra com todos os seus Anexos. Ocorre que na mudança no sistema se enviou eletrônico o setor não observou a falha. Porém estamos reenviando a LDO, de modo que seja substituída, já que a mesma foi enviada dentro do prazo. Para maiores consultas basta verificar o site: www.varzeaalegre.ce.gov.br que pode constatar o que afirmamos.

Análise da Diretoria

57. A examinar os autos nesta nova fase processual, esta Unidade Técnica constatou a remessa, a esta Corte de Contas, dos Anexos auxiliares citados como parte integrante da Lei Municipal nº 1135/20, de 26 de maio de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – LDO). Ressaltando-se que os referidos documentos podem ser identificados através do Sistema de Acompanhamento de Processo – eTCE, deste Órgão de Controle Externo como, ANEXO – 34982/2023 – 24/10/2023.

58. A meta estipulada inicialmente pela LDO de 2021 foi um superávit de R\$ 1.991.356,32.

59. No Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do 6º bimestre de 2021, o Resultado Nominal apresentado foi de R\$ 10.100.148,42, sendo possível informar que houve cumprimento da meta definida para o período em análise.

Conclusão da Diretoria

60. Tendo em vista a apresentação dos documentos acima definidos, esta Diretoria sugere a supressão da falha apontada no relatório preliminar (Relatório de Instrução nº 4822/2023).



3. CONCLUSÃO

61. A Diretoria de Contas de Governo, no uso de suas atribuições regulamentares, ressalta que o presente documento reúne o conteúdo examinado neste processo, bem como das informações anteriores e corresponde à opinião da unidade técnica sobre a matéria, a qual conclui que restou evidenciado os achados listados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Relação dos achados/recomendações

ACHADOS	RECOMENDAÇÕES
DUODÉCIMO	
1. Sabendo que o repasse a ser feito deve sempre ter como meta o valor do orçamento ATUALIZADO, mas como o montante orçado (R\$ 3.826.621,00) excedeu o limite constitucional (R\$ 2.877.978,01), a Unidade Técnica constatou que a cifra a ser repassada deveria ser exatamente o prefalado limite, sendo assim, concluiu que foi repassado a menor o valor de R\$ 8.686,01 . Ponderando a gravidade pela materialidade.	1. Ao Poder Executivo que observe a Lei Orçamentária do Município e os valores devidos ao Poder Legislativo, respeitando o previsto na Constituição Federal e a respectiva adequação do percentual (art. 29A da CF).
DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	
2. Verificou-se que os valores correspondentes ao montante da Despesa com Pessoal, demonstrado no SIM e no RGF do último período, não estão compatíveis.	2. Que o Jurisdicionado adote medidas de controle para evitar registro de dados inconsistentes no SIM e RGF, posto que, embora se tratando de demonstrativos distintos tais informações têm origem na mesma fonte. Garantindo, assim, maior integridade, confiabilidade e segurança jurídica às informações apresentadas para os órgãos de controle e a sociedade.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

62. Com base no exposto, a Diretoria de Contas de Governo, no uso de suas atribuições legais, encaminha o feito ao juízo deliberatório desta Corte de Contas, opinando no sentido de que seja emitido parecer prévio pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará ao Poder Legislativo do Município de Várzea Alegre, pela APROVAÇÃO COM RESSALVAS da Prestação Anual das Contas do Governo do Município, de responsabilidade do Sr. José Helder Máximo de Carvalho, alusiva ao exercício financeiro de 2021, em decorrência dos achados relacionados no tópico 3, fundamentado nos normativos e jurisprudência aplicáveis.

Diretoria de Contas de Governo da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Fortaleza, 27 de março de 2024.

Assinam digitalmente este documento:
Mardoqueu Bastos Vasconcelos (elaboração)
Auxiliar de Controle Externo
Mat. 1704-9



Manifesto-me de acordo com as propostas formuladas no presente Relatório.

Francisco Gennison Sales Lins (supervisão)
Diretor de Contas de Governo
Mat. 1537-6

Ofício nº 6869/2024/SSP

Fortaleza, 6 de junho de 2024

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Alan Salviano Lima
Presidente da Câmara Municipal de Várzea Alegre
Rua José Alves Bezerra, 585, Riachinho, 63540-000
Várzea Alegre - CE

Processo nº: 08630/2022-2

Espécie do processo: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

Assunto: Notificação

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

Por meio desta comunicação, o destinatário fica **NOTIFICADO** da apreciação do processo pelo **Parecer Prévio nº 145/2024**, conforme detalhado na decisão.

Fica aberto o prazo de **60 (sessenta) dias corridos** para a realização do julgamento político das Contas ou, estando a Câmara Municipal em recesso, no primeiro mês do período legislativo imediato seguinte. O resultado deve ser comunicado a este Tribunal no prazo de **10 (dez) dias corridos** após o julgamento.

Verifique o quadro com informações importantes ao final deste documento.

Atenciosamente,

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PROCESSUAIS

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A Notificação é a forma pela qual o TCE/CE leva ao conhecimento do destinatário a ocorrência de situações diversas como: ciência de julgamentos, recomendações ou determinações a serem cumpridas, multas e/ou débitos a serem pagos ou simplesmente ciência de despacho da relatoria ou de unidade auxiliar;
2. Para acessar os documentos do processo utilize a ferramenta Contexto no endereço eletrônico do Tribunal utilizando o QR Code abaixo. Processos sigilosos, como Denúncia, por exemplo, não podem ser visualizados antes do seu julgamento;
3. A contagem do primeiro prazo acima se inicia no primeiro dia útil após o recebimento desta comunicação.
4. As informações e/ou documentos solicitados devem ser enviados por meio do Peticionamento Eletrônico do Portal de Serviços Eletrônicos deste Tribunal.
5. As próximas comunicações se darão através de publicação de expediente no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, cabendo exclusivamente ao destinatário das mesmas o dever de acompanhar as matérias de seu interesse.

UTILIZE A CÂMERA DO SEU CELULAR E ACESSE OS QR CODES ABAIXO PARA INSTRUÇÕES DE COMO:

Consultar o processo



Enviar sua petição/peça



Aprender a enviar sua
petição/peça



ALAN SALVIANO LIMA
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE V. ALEGRE - CE

Isis Caroline
13/06/2024